



INTERPRETAÇÕES MARXISTAS DA REVOLUÇÃO MEXICANA: UMA COMPARAÇÃO ENTRE ADOLFO GILLY, ARNALDO CÓRDOVA E ENRIQUE SEMO

*Marxist interpretations of the Mexican
Revolution: a comparison between Adolfo
Gilly, Arnaldo Córdova, and Enrique Semo*

Bárbara de Andrade Campos*

Recebido em: 08/04/2026

Aprovado em: 05/08/2026

Resumo: Este artigo sistematiza comparativamente as interpretações sobre a Revolução Mexicana de três autores marxistas: Adolfo Gilly, Arnaldo Córdova e Enrique Semo. Inseridos na vertente revisionista da historiografia mexicana, esses autores compartilham uma matriz marxista comum, enfatizando os limites, contradições e conflitos de classe da Revolução. Os autores convergem, assim, na crítica à narrativa oficial, que apresentava a Revolução Mexicana como um processo plenamente vitorioso e popular. Suas interpretações divergem, no entanto, em aspectos centrais, como o caráter da Revolução, o papel do campesinato e do proletariado como sujeitos revolucionários e a natureza do Estado pós-revolucionário. Ao colocar essas leituras lado a lado, o artigo oferece um mapeamento comparativo que contribui para traçar um panorama de como o marxismo latino-americano interpretou o tema.

Palavras-chave: Revolução Mexicana; pensamento latino-americano; marxismo.

Abstract: This article analyzes the interpretations of three Marxist authors on the Mexican Revolution: Adolfo Gilly, Arnaldo Córdova, and Enrique Semo. Belonging to the revisionist strand of Mexican historiography, the three authors share a common Marxist framework and converge in their critique of the official narrative that presented the Mexican Revolution as a fully successful and popular

*Mestranda em História – PPGH – UERJ. Email: barbaradeandradec@gmail.com. Orcid: <https://orcid.org/0009-0001-9501-803X>



process, emphasizing, on the contrary, its limits, contradictions, and class conflicts. However, their interpretations diverge on central aspects, such as the character of the Revolution, the role of the peasantry and the proletariat as revolutionary subjects, and the nature of the post-revolutionary state. By placing these perspectives in dialogue, the article contributes to the debate on the plurality of Latin American Marxism and its analytical limitations.

Keywords: Mexican Revolution; Latin American thinking; Marxism.

Introdução

A Revolução Mexicana foi a primeira revolução social da América Latina no século XX e marcou uma ruptura fundamental com o domínio oligárquico e com o sistema de exclusão social vigentes no país até então. Sua eclosão esteve diretamente relacionada ao descontentamento popular com o governo de Porfírio Díaz (1876-1911), regime autoritário que, embora tenha promovido a centralização política e a modernização econômica do México, também foi marcado por uma intensa repressão política e pelo aumento da concentração fundiária e da exploração das classes populares.

Conforme Ávila e Salmerón (2017, p. 9-10), a Revolução teve múltiplas causas e atores, e nela figuraram diversas demandas, como a luta pela terra, pelo fim da desigualdade social e da pobreza, e contra a ditadura de Porfírio Díaz, a repressão de seus opositores e o cerceamento das liberdades políticas. Ao final do conflito, instaurou-se um novo Estado, que se apropriou de demandas populares e as incorporou em um novo pacto social. No que se refere à questão agrária, por exemplo, o Estado pós-revolucionário modificou o sistema de distribuição de terras e executou a reforma agrária, tendo ampliado significativamente o acesso à terra pelos camponeses (ÁVILA; SALMERÓN, 2017, p. 17-18). Por outro lado, a consolidação do Estado pós-revolucionário também trouxe importantes continuidades estruturais, como a manutenção das relações capitalistas, aspecto que suscitou diversos debates historiográficos acerca do caráter da Revolução e do significado político de seu desfecho.

Neste artigo, buscaremos analisar como a corrente marxista analisou a Revolução Mexicana e suas contradições de classe, com base nas formulações de três importantes autores: Adolfo Gilly, Arnaldo Córdova e Enrique Semo. É importante destacar que, no interior da historiografia da Revolução Mexicana, as interpretações marxistas inserem-se na chamada corrente revisionista, predominante entre as décadas de 1960 a 1990. Enquanto, até a década de 1960, a historiografia tendia a proclamar o caráter agrário, legítimo e vencedor da Revolução Mexicana, o revisionismo buscou destacar a derrota dos projetos populares de transformação radical, bem como a continuidade do sistema capitalista e dos poderes políticos de caciques locais no interior do novo Estado (BARBOSA; LOPES, 2001).

Como observa Guerra Manzo (2006, p. 66-68), diversos fatores alimentaram as inquietudes do revisionismo: o desenrolar da Revolução Cubana e seu caráter radical e socialista, que fez a Revolução Mexicana parecer mais tímida e burguesa; a repressão ao movimento estudantil de 1968, que colocou em desconfiança a vocação democrática do regime; a desilusão com as promessas de justiça social, uma vez que, décadas após a Revolução, muitos camponeses ainda estavam sem terras, e a miséria e o desemprego cresciam; e o questionamento da política do Partido Revolucionário Institucional (PRI), acusado de favorecer as elites, e não as massas populares. Além disso, as novas correntes historiográficas da época, como os estudos regionais sobre a América Latina e o enfoque antropológico impulsionado na academia estadunidense, também exerceram impacto na historiografia da Revolução. Nesse contexto, a corrente marxista buscou refletir sobre o caráter de classe na Revolução e no Estado pós-revolucionário.

É importante ressaltar que tais controvérsias inserem-se em um debate mais amplo sobre a natureza da revolução na América Latina e sobre a aplicação do marxismo à realidade do continente. Conforme argumenta Michael Löwy (2016, p. 44-46), a Revolução Cubana inaugurou um novo momento do marxismo latino-americano. Sua eclosão e difusão inauguraram um novo período no

continente, ao demonstrarem a possibilidade de combinação de tarefas democráticas e socialistas em um processo ininterrupto, bem como da importância da luta armada como estratégia política. Além disso, as décadas de 1960 e 1970 foram marcadas pelo desenvolvimento de tendências trotskistas e maoístas, o que evidenciava o enfraquecimento da hegemonia dos Partidos Comunistas tradicionais e de sua leitura etapista dos processos revolucionários.

Para Löwy (2016, p. 11-15), um dos principais desafios do marxismo latino-americano consiste em articular suas categorias mais gerais às especificidades históricas e sociais do continente, buscando evitar tanto o eurocentrismo, que aplica mecanicamente as teorias europeias ao continente, quanto o excepcionalismo, que renega o marxismo como uma teoria exclusivamente europeia. De maneiras distintas, Gilly, Córdova e Semo enfrentam esse desafio ao interpretarem o caráter da Revolução Mexicana com base na articulação entre o contexto histórico do país e temas mais amplos dentro do marxismo, como o desenvolvimento do capitalismo e o papel das classes sociais no processo revolucionário.

Inseridos na vertente revisionista, os autores buscaram demonstrar que, apesar do protagonismo das classes populares na mobilização revolucionária, o desfecho do processo culminou na vitória política da burguesia, que forjou o novo Estado pós-revolucionário a seu favor. Ainda que compartilhem uma filiação marxista comum, suas interpretações apresentam divergências significativas, sobretudo no que se refere ao caráter da Revolução, ao papel do campesinato e do proletariado no processo revolucionário e à caracterização do Estado pós-revolucionário. Propomos, neste artigo, com base na leituras desses três autores, sistematizar divergências e convergências interpretativas do marxismo latino-americano acerca do caráter da Revolução Mexicana, evidenciando a pluralidade analítica dessa tradição.

A Revolução interrompida de Adolfo Gilly

| 120

Entre os autores que se debruçaram sobre o caráter da Revolução Mexicana, Adolfo Gilly¹ destaca-se como um dos principais nomes dentro do debate marxista latino-americano. Apesar de situado na corrente revisionista, sua interpretação distingue-se de outras análises dessa vertente ao reafirmar o caráter revolucionário da experiência mexicana e as transformações trazidas com a Revolução. Essa interpretação é profundamente marcada por sua concepção teórica marxista, em especial por sua filiação à tradição trotskista.

De acordo com Leon Trotsky, uma revolução ocorre quando há uma irrupção violenta das massas por seu próprio destino. Para Gilly (1994, p. 21-23), essa definição contempla os acontecimentos da Revolução Mexicana, visto que esse processo revolucionário foi caracterizado por uma irrupção das massas contra a estrutura de dominação estatal e, sobretudo, como uma guerra camponesa pela terra, concentrada até então pelos grandes *terratenientes*. Assim, a mobilização camponesa, em especial das correntes villistas e zapatista, foi essencial para o desenrolar da Revolução.

O autor destaca que o Porfiriato foi um período de intenso desenvolvimento capitalista no México, no qual se mesclaram relações capitalistas, em expansão, e formas pré-capitalistas e tradicionais, cada vez mais submetidas à lógica do capital (GILLY, 1994, p. 22-25). Assim, nesse período combinaram-se dois processos que, na Europa, haviam sido separados por séculos: a acumulação primitiva, com a desapropriação dos camponeses e dos indígenas, e a expansão mundial do capitalismo, com o desenvolvimento das

¹ Adolfo Gilly (Buenos Aires, 1928-2023) foi um importante historiador, intelectual e militante latino-americano. Desde jovem envolveu-se em movimentos de esquerda, tendo integrado o Partido Socialista da Argentina e depois aderido ao trotskismo e à Quarta Internacional, o que o levou a realizar diversas viagens pelo mundo. Entre 1964 e 1965, por exemplo, esteve na Guatemala apoiando as guerrilhas ativas contra a ditadura de Enrique Peralta. Em 1966, foi preso no México, permanecendo encarcerado durante seis anos. Na prisão, escreveu sua obra mais conhecida, *Revolução interrompida* (1971), considerada uma das importantes leituras marxistas sobre a Revolução Mexicana. O livro teve ampla repercussão historiográfica, consolidando-se como um clássico sobre o tema (GILLY, 2010; ÁVILA ESPINOSA, 2024).

indústrias e das ferrovias.² Os camponeses sofriam com esse processo combinado de acumulação: o despojo de suas terras e a posterior incorporação desses trabalhadores como assalariados nas nascentes indústrias. A resistência do campesinato a esse processo constituiu, para Gilly (1977, p. 11-14), um dos fatores fundamentais para a mobilização revolucionária.

Além de destacar a agência do campesinato, o autor ressalta ainda que o desenvolvimento do capitalismo no México também se deu mediante guerras coloniais contra os povos indígenas, que foram ou exterminados, ou deportados suas terras para serem incorporados como trabalhadores explorados – porém não sem resistência.

Conforme Gilly (1994, p. 41-45), ainda que os trabalhadores urbanos tenham se organizado em greves e protestos contra a exploração à qual estavam submetidos no Porfiriato, nenhum de seus setores mais importantes propôs transformar o modo de produção, e sim melhorar sua própria situação econômica e social dentro do capitalismo operante. Ainda que tenham existido correntes mais radicais, como a do Partido Liberal Mexicano, esse radicalismo não era compartilhado pela maioria da base sindical. Além disso, os trabalhadores urbanos não possuíam peso social suficiente no país e não foram capazes de organizar um partido unificado, tendo integrado, em sua maioria, as filas revolucionárias da burguesia e desempenhado um papel secundário durante o curso da Revolução. Assim, na ausência de uma direção proletária, foram os camponeses que se estabeleceram como força essencial da Revolução Mexicana.

Percebe-se, aqui, um deslocamento do autor em relação à interpretação clássica do marxismo, para a qual o papel de liderança da revolução deveria ser o proletariado industrial. Para Gilly (1994, p. 30-38), o zapatismo deve ser entendido como peça-chave para a compreensão da mobilização popular revolucionária, tendo sido fundamental para a continuidade da Revolução.

² Há, aqui, uma influência clara da teoria do desenvolvimento desigual e combinado proposto por Trotsky. Conforme Löwy (1998), essa teoria foi criada justamente para explicar as especificidades econômicas e sociais do capitalismo periférico ou dominado pelo imperialismo, tendo influenciado o pensamento marxista latino-americano.

Vale ressaltar que a sociedade mexicana nesse período vivia uma transição, em que uma nova burguesia passava de *terrateniente* a industrial, e o Estado precisava acompanhar as transformações econômicas do país. A liderança de Francisco Madero representava os interesses dessa burguesia ascendente, tendo sido capaz de conduzir um movimento nacional contrário ao regime de Porfírio Díaz. Destacam-se, também, fatores externos, como o contexto internacional da época, marcado pela eclosão da Revolução de 1905 na Rússia e a crise mundial do capitalismo em 1907 (GILLY, 1994, p. 26-28).

Em fins de maio de 1911, enquanto todas as outras facções atenderam ao chamado de Madero e depuseram as armas, o movimento liderado por Emiliano Zapata manteve-se em luta armada em defesa do acesso à terra. Diante da não efetivação da reforma agrária pelo novo regime, os zapatistas romperam oficialmente com o maderismo e, em 28 de novembro de 1911, proclamavam o *Plan de Ayala*, que qualificava como traidor o governo de Francisco Madero, não o reconhecendo como chefe da Revolução.

Para Gilly (1977, p. 60-66), dois elementos principais desse Plano garantem a independência do movimento zapatista em relação à ala burguesa de Madero: 1. a defesa da nacionalização dos bens de todos os inimigos da Revolução, a saber, os *terratenientes* e os capitalistas do México; 2. a ruptura com os marcos jurídicos burgueses, ao assegurar a restituição imediata das terras aos camponeses despojados, sendo que apenas em um momento posterior os *terratenientes* expropriados poderiam recorrer a tribunais para provar seu suposto direito às terras. Ainda que os zapatistas não se propusessem teoricamente a destruir o regime capitalista, a aplicação desse plano implicaria a destruição de suas bases materiais, bem como traria o centro de decisão para as próprias classes populares, rompendo com os interesses burgueses.

O autor propõe, assim, uma especificidade da Revolução Mexicana: nela se combinaram a revolução burguesa e a revolução dos camponeses, os quais não atuaram apenas como base social da revolução burguesa, mas constituíram uma fração relativamente independente, tanto em programa como em organização

(GILLY, 1994, p. 38-43). Sua tese é a de que, a partir da recusa do movimento zapatista a entregar as armas, se desenvolve no México uma guerra civil relacionada a uma luta de classes dentro das alas da Revolução Mexicana: os zapatistas se estabeleceram como a fração mais próxima aos interesses do proletariado, em oposição aos constitucionalistas, defensores dos interesses burgueses. A Revolução é interpretada, então, como um processo marcado pela ascensão, culminância e declínio da capacidade de decisão efetiva das massas no movimento revolucionário. Ao final, ocorre a derrota da ala zapatista e a consolidação de um novo Estado, burguês e defensor da propriedade privada.

De acordo com Gilly (1977, p. 44-50), apesar de apresentar um caráter burguês, o novo Estado trouxe profundas transformações, tais como: a queda do poder dos *terratenientes* – caso único na América Latina até a Revolução Boliviana de 1952; a destruição do antigo Exército Federal porfirista; a transferência de propriedade agrária; e a incorporação do movimento operário ao Estado. Assim, o novo Estado pós-revolucionário pode ser descrito de duas maneiras: como um Estado burguês, no que diz respeito à sua conotação de classe, e como um regime bonapartista, no que se refere ao seu sistema de governo. Ao ascender ao poder apoiando-se em setores de classes opostas, Álvaro Obregón instaura um regime bonapartista no México, implementa políticas favoráveis à burguesia, utilizando o Estado como instrumento de dominação e acumulação de capital. A peculiaridade do caso mexicano, em relação ao modelo analisado por Marx em *Dezoito Brumário de Luís Bonaparte*³, é que o regime obregonista combina a tragédia e a farsa: a burguesia revolucionária legitima-se diante das massas não por ser uma burguesia capaz de dirigir a nação, mas por se

³ Em *Dezoito Brumário de Luís Bonaparte*, Marx afirma que a história se repete, a primeira vez como tragédia e a segunda como farsa. A célebre frase se refere a dois eventos significativos e inter-relacionados: a ascensão de Napoleão Bonaparte e o golpe de Estado de seu sobrinho, Luís Bonaparte, em 1851, que rememora o golpe do Napoleão original. Nos dois Brumários, ocorre uma subordinação dos demais poderes ao Poder Executivo, dirigido por um personagem carismático que se apresenta como imparcial nos interesses de classes. O termo “bonapartismo” foi apropriado por León Trotsky e utilizado por muitos autores trotskistas latino-americanos para descrever conjunturas políticas do continente (ALVES; OLIVEIRA, 2012; TAGLE, 2015).

apresentar como herdeira da tradição e do mito da Revolução, explorado a seu favor.

124 | Por fim, Gilly (1977, p. 50- 53) reflete sobre as possíveis denominações para o caráter da Revolução Mexicana. Para o autor, considerar a Revolução apenas como burguesa reduz sua característica popular e sua complexidade interna, como a ação dos zapatistas, com seu caráter empiricamente anticapitalista e sua aliança com os magonistas. Ainda que a ausência de uma direção proletária tenha impedido a organização mais ampla dessa vertente, seu conteúdo radical permaneceu presente na consciência e na experiência histórica das massas. A Revolução Mexicana, assim, não foi nem derrotada, nem vitoriosa: ela foi interrompida, deixando nas massas um sentimento de inconclusão, permanecendo inscrita na memória popular. O zapatismo, em especial, trouxe aos mexicanos a consciência da necessidade de organização fora do Estado, bem como da autonomia da organização popular. A Revolução, como um todo, fez com que as massas entendessem tanto seu poder de destruição do Exército e da classe mais odiada (os *terratenientes*), como a possibilidade de formas de autogoverno e de participação política, sendo este seu legado inegável.

Arnaldo Córdova e a política de massas

Se Gilly encontra no campesinato e, sobretudo, no zapatismo, o sujeito capaz de imprimir à Revolução um caráter popular e inconcluso, outro importante autor marxista da corrente revisionista da Revolução Mexicana discorda do papel atribuído aos camponeses para o desenrolar da Revolução: Arnaldo Córdova.⁴ Assim como Gilly, Córdova (1994, p. 55-65) insere sua análise

⁴ Arnaldo Córdova (Cidade do México, 1937- 2014) atuou como acadêmico, político e intelectual de esquerda. Integrou o Partido Comunista Mexicano (PCM) de 1956 a 1966. Participou da fundação do Partido Socialista Unificado de México (PSUM), pelo qual exerceu o mandato de deputado federal entre 1982 e 1983, e do Partido de la Revolución Democrática (PRD), no qual permaneceu até 2011. Formado em Direito pela Universidad de Michoacán, cursou pós-graduação em Filosofia do Direito na Universidad de Roma, onde entrou em contato com a tradição italiana de teoria política, em especial com o pensamento de Antonio Gramsci. Seu interesse pelas obras clássicas do marxismo, em conjunto com a área do Direito, contribuiu para que se debruçasse sobre temas como a fundação do Estado, a função da Constituição e o funcionamento do regime político,

do México em um contexto mundial do desenvolvimento do capitalismo e, especificamente, do capitalismo da América Latina. O Estado anterior ao da Revolução, isto é, o Estado porfirista, é caracterizado por seu caráter oligárquico e pela expansão econômica a partir do investimento estrangeiro, fato que converteu o México em um país capitalista dependente e exportador de matérias-primas. A classe dominante era protegida por um regime político de privilégios e todas as autoridades à disposição do Estado promoviam seus interesses privados. A exploração dos camponeses e dos trabalhadores nesse contexto, bem como a alta concentração da propriedade de terras, foram causas fundamentais para a insurgência das massas e o envolvimento destas na Revolução.

Conforme Córdova (1994, p. 55-58), a manutenção desse regime de privilégios levou à irrupção das massas, que optaram pela via revolucionária. O autor, contudo, nega um impacto real das classes populares para a definição do caráter da Revolução Mexicana e para a formulação dos programas políticos, econômicos e sociais das novas instituições. Para ele, a forte política repressiva da ditadura de Díaz ocasionou uma dispersão das forças populares e inviabilizou uma insurgência de classe em nível nacional. A luta dos trabalhadores assalariados e dos camponeses foi, assim, marcada pelo localismo e regionalismo, o que impediu que seus expoentes falassem em nome de toda sua classe social ou, ainda, da sociedade como um todo (CÓRDOVA, 2011, p. 19). Nesse viés, Córdova (1994, p. 69) considera que os camponeses não conduziram um programa próprio para a Revolução, tendo se constituído como uma força política a serviço de outros grupos sociais, facilmente pacificáveis e até conservadores quando fossem atendidas suas demandas.

Em contraposição a uma ausência de direção das classes populares, Córdova (2011, p. 19-20) destaca a atuação de oposição ao regime vinda dos

questões centrais em suas obras sobre a Revolução Mexicana. Destaca-se a publicação de uma trilogia dedicada ao tema, composta por *La formación del poder político en México* (1972), *La ideología de la Revolución Mexicana* (1973) e *La política de masas del cardenismo* (1974), obras que o consagraram como uma importante referência para os estudos sobre a Revolução (CRUZ, 2017; 2021).

setores médios, em especial, dos intelectuais urbanos (como jornalistas de periódicos de oposição), setores que, para o autor, tiveram uma maior disposição organizativa em nível nacional. São os setores médios os primeiros a organizar-se contra a ditadura, e seus valores ideológicos serviriam de bandeira aos revolucionários. Destaca-se, aqui, a ação de intelectuais como Camilo Arriaga e os irmãos Flores Magón, que reivindicavam antigas posições políticas do liberalismo do século XIX, como o respeito à Constituição de 1857 e a democratização do organismo político, além da posterior organização do Partido Liberal Mexicano (CÓRDOVA, 2011, p. 19-20). O autor defende a importância desses grupos intelectuais de classe média, que teriam incorporado, em seu programa político, as reivindicações dos camponeses, colocando-se na cabeça do próprio movimento revolucionário.

Córdova (2000, p. 27-34) afirma que, apesar de a Revolução Mexicana ter tido o início e a forma de uma revolução popular e agrária, esse não foi seu resultado, pois os setores populares foram derrotados durante o processo. Os movimentos populares não se articularam de forma independente e organizada, e os constitucionalistas, a ala vencedora da Revolução, captaram as bandeiras populares para garantir uma estabilidade e uma legitimidade para o novo Estado pós-revolucionário. Para o autor, o Estado pós-revolucionário foi caracterizado por: 1. uma linha de massas, cujo objetivo essencial era manipular as classes populares mediante a satisfação de demandas limitadas; 2. um sistema de governo paternalista e autoritário, dotando o Executivo de poderes extraordinário sobre as relações de propriedade e os conflitos de classes; 3. a defesa do desenvolvimento do capitalismo, fundado na defesa da propriedade privada e da conciliação de classes.

Nesse viés, Córdova (1994, p. 75- 78) estabelece sua crítica e destaca as continuidades entre os regimes porfirista e revolucionário. Para o autor, apesar das diferenças, ambos os regimes seguiram o mesmo objetivo histórico: o desenvolvimento do capitalismo. As antigas classes dominantes – investidores estrangeiros, banqueiros, grandes industriais – não foram fortemente afetadas

pela Revolução, e as antigas propriedades rurais, embora atingidas, foram apenas parcialmente destinadas à reforma agrária, sendo grande parte das terras redistribuídas para generais e políticos revolucionários, que formaram as primeiras gerações de governantes do México pós-revolucionário. Ainda que, com o tempo, os antigos *terratenientes* tenham desaparecido como setor da classe dominante, parte da antiga classe proprietária conseguiu sobreviver de outras maneiras, tanto por divisões “simuladas” de suas propriedades, como por facilidades para reinvestir suas riquezas em outros setores da economia.

Quanto ao caráter da Revolução Mexicana, Córdova (1994, p. 79-85) defende que ela apresenta as características de uma revolução burguesa: por trás das bandeiras da liberdade e igualdade, a luta revolucionária esteve fundada nos princípios da livre concorrência e da propriedade privada. Para o autor, a reforma agrária e as expropriações não foram realizadas em decorrência de uma ideologia contrária à propriedade privada, pelo contrário: a finalidade específica dos novos governantes era abolir o sistema de privilégios que impedia a promoção da livre empresa e da livre concorrência, favorecendo o desenvolvimento do capitalismo no México (CÓRDOVA, 2011, p. 32-33)

Nesse sentido, o autor diverge diretamente da teoria defendida por Gilly, de influência trotskista, de que o Estado pós-revolucionário mexicano tenha se constituído a partir de um caráter bonapartista: para Córdova (2010, p. 32-38), a ideia de que o Estado se coloca além das classes sociais para dirigi-las em conjunto não se constitui como uma particularidade, mas sim como uma lei geral do desenvolvimento do Estado no capitalismo. O diferencial da Revolução Mexicana residiria, para ele, no estabelecimento de uma política de massas no Estado pós-revolucionário, pela qual as demandas sociais foram parcialmente atendidas. As reformas implementadas pelo Estado teriam, na realidade, um objetivo contrarrevolucionário: aniquilar os movimentos populares independentes e estabelecer um regime autoritário capaz de assegurar o desenvolvimento do capitalismo. Por isso, além de burguesa, a Revolução Mexicana pode ser caracterizada, para o autor, como populista.

Enrique Semo e a luta de classes

| 128

Enquanto Córdova desloca o protagonismo revolucionário para os setores médios da sociedade e ressalta as continuidades entre o Estado pré e o pós-revolucionário, um terceiro autor, Enrique Semo,⁵ menos conhecido no Brasil que os anteriormente analisados, retoma algumas conquistas das classes populares a partir da Revolução Mexicana. Semo (1994, p. 135- 138) destaca que, diferentemente de outros países latino-americanos, a classe dominante mexicana construiu sua legitimidade política com base na sua origem revolucionária, utilizando a Revolução para justificar sua posição no Estado. Nesse sentido, o estudo da Revolução Mexicana – entendida como a luta armada que ocorreu no país entre os anos de 1910-1920 – deve considerar o papel da Revolução no desenvolvimento do modo de produção capitalista no México, bem como a relação entre o movimento revolucionário e a ascensão da burguesia mexicana.

No que se refere à Revolução Mexicana de 1910, Semo a caracteriza como a revolução social mais profunda da América Latina até a eclosão da Revolução Cubana. O autor rejeita a interpretação, defendida por Córdova, de que o Estado pós-revolucionário se caracterizaria como uma continuação do Porfiriato em razão da continuidade do capitalismo. Semo argumenta que, durante o Porfiriato, houve um intenso desenvolvimento do capitalismo, mas essa transformação se realizou desde cima, por uma via reacionária. As *haciendas* semifeudais não foram desmembradas, mas sim tiveram o apoio do Estado para iniciar seu

⁵ Enrique Semo (1930-), filho de uma família búlgara perseguida pelo fascismo, chegou ao México em 1942. Gradou-se em Economia na Escola Superior de Economia e Direito de Tel Aviv e em História pela Universidad Nacional Autónoma de México, e obteve doutorado em História Econômica na Universidade Humboldt de Berlim. Integrou o Comitê Central do Partido Comunista Mexicano (PCM) durante 17 anos, e segue na mobilização de esquerda até os dias de hoje. Considerado um dos pioneiros da História Econômica marxista no México, dedicou-se à análise do desenvolvimento do capitalismo do país, articulando a teoria clássica do marxismo às especificidades da formação histórica mexicana. Destacam-se, nesse sentido, obras como *Historia del capitalismo en México: los inicios (1521-1776)* (1973), na qual investiga o desenvolvimento do modo de produção capitalista no país desde a época colonial, e a coleção de ensaios *Historia mexicana: economía y lucha de clases* (1978), na qual relaciona a estrutura econômica com os conflitos de classe no México. Disponível em: <<https://esemo.mx/biografia>>. Acesso em: 21 dez. 2025.

desenvolvimento capitalista. Diferentemente do caso europeu, a industrialização não se realizou a partir de uma burguesia mexicana ascendente, mas de um acordo entre os interesses conservadores dos *terratenientes* aburguesados, os grandes comerciantes e os monopólios estrangeiros. A Revolução Mexicana representou uma ruptura com esse processo: marcou a ascensão de uma pequena burguesia mexicana e sua transformação em burguesia; realizou a reforma agrária, que beneficiou os camponeses à custa dos latifúndios; e freou, mediante ações do Estado, a presença do imperialismo do país. Assim, o processo revolucionário marcou, efetivamente, uma reorientação do desenvolvimento do capitalismo mexicano (SEMO, 1978, p. 232-243).

O autor analisa a Revolução de 1910 em uma perspectiva de longa duração de revoluções burguesas, entendidas como processos históricos que favoreceram a consolidação do capitalismo no país (SEMO, 1994, p. 137-139). Esse ciclo seria composto por três momentos fundamentais: 1. a independência do México, marcada pela luta contra o domínio colonial; 2. a Reforma liberal, responsável pela consolidação do Estado burguês e pela criação de condições para uma ofensiva contra a comunidade agrária em fins do século XIX; e 3. a Revolução Mexicana, que rompe com a dominação dos grandes *terratenientes* e redefine as bases do poder político. Conforme o autor, apesar de existirem, nessas revoluções, forças mais radicais que buscavam transcender o capitalismo, isso não anula o fato de serem revoluções burguesas. Na realidade, o papel dessas forças consistiu em impulsionar a Revolução, mas uma vez cumprida essa função, foram eliminadas da cena política pela burguesia. No caso da Revolução de 1910, destacam-se, por exemplo, os operários inspirados pelo anarquismo dos Flores Magón, e os camponeses, dirigidos por Zapata: setores radicais que, ainda que tenham sido fundamentais como motores da Revolução, foram incapazes de dirigir a Revolução, a qual consolidou, ao final, os interesses da burguesia.

Ao interpretar os movimentos de independência (1810-1821), as Reformas liberais (1854-1867) e a Revolução Mexicana (1910-1917) como revoluções sociais, Semo (1978, p. 282- 285) defende uma definição específica do conceito

de revolução. Para o autor, existem dois critérios errôneos na definição usualmente utilizada para o termo. O primeiro é a ideia de que uma revolução deve necessariamente transformar, de forma imediata, a estrutura social, econômica e política de uma nação, categoria que desconsidera as revoluções derrotadas ou inconclusas, como a Revolução Alemã de 1848 e a Revolução Russa de 1905. Para o autor, uma revolução consiste, fundamentalmente, em uma alteração da relação de forças de classes numa sociedade, capaz de modificar o ambiente político e ideológico do país e de trazer uma série de transformações, ainda que estas não se realizem plenamente no curto prazo. Nem todas as revoluções são vitoriosas, e muitas se concretizam de forma parcial ou prolongada, o que não invalida seu caráter revolucionário.

O segundo critério questionado pelo autor é a noção de que uma revolução implica necessariamente a transformação de um regime de propriedade para o outro. Nesse ponto, Semo (1978, p. 285) questiona diretamente a interpretação de Córdova, para quem a continuidade do capitalismo impediria a caracterização da Revolução Mexicana como uma revolução social. Semo retoma Lenin e argumenta que os ciclos das revoluções burguesas podem ocorrer em ondas que golpeiam o velho regime sem eliminá-lo por completo, abrindo espaço para novas revoluções burguesas. Assim, existem revoluções burguesas mais ou menos profundas, mais ou menos vitoriosas, e nenhuma delas conseguirá resolver radicalmente todos os problemas trazidos pelas necessidades do desenvolvimento do capitalismo.

Por fim, Semo (1978, p. 296-298) sustenta que, apesar de suas limitações e do triunfo da burguesia na condução do processo revolucionário, a luta dos camponeses e dos trabalhadores não foi em vão. Diferentemente do que ocorria no Porfiriato, depois de 1917 as organizações camponesas e operárias passaram a constituir-se como importantes forças políticas que influenciaram a vida do país. O aparato estatal foi totalmente destruído com a Revolução, e a nova Constituição inaugurou uma distinta correlação de forças entre o Estado e as classes sociais. A ascensão do “grupo de Sonora” iniciou um bonapartismo pequeno-burguês muito

diferente das classes *terratenientes* que dominavam até então. Nesse sentido, ainda que o autor entenda a Revolução Mexicana como burguesa, ele ressalta a importância da atuação das massas no processo e a sua inserção na vida política do país como fatores importantes para sua compreensão, e nega que esta não tenha se constituído como uma revolução social.

No que tange ao papel das classes populares na luta revolucionária, Semo (1978, p. 235-236) destaca que a participação dos camponeses foi amplamente debatida e estudada, sobretudo a importância do exército de Zapata. A ação das massas urbanas do proletariado, no entanto, não pode ser subestimada nem entendida como passiva, contrastada com a ação revolucionária do campesinato ou de diferentes setores da burguesia. Desde o início da Revolução, a ação dos operários adquiriu uma fisionomia própria, diferente da de outras classes, não podendo ser considerada como um de seus apêndices. Contudo, apesar da relevância de sua ação, o proletariado não foi capaz de articular um projeto para toda a sociedade nem conseguiu força política ou militar para obter apoio de outras classes, não encontrando, assim, condições para aspirar a um papel hegemônico no campo revolucionário.

Nesse quesito, é relevante avaliar a relação da classe operária com o movimento dos camponeses, processo marcado por aproximações e rupturas. Importante capítulo desse processo é a aliança estabelecida, em 1915, entre a *Casa del Obrero Mundial* (COM) e Venustiano Carranza, que resultou na incorporação de operários ao Exército Constitucionalista no combate às forças villistas e zapatistas, em troca de promessas de melhorias nas condições de trabalho. A adesão de milhares de operários aos “*Batallones Rojos*” foi fundamental para a vitória militar do constitucionalismo frente às alas camponesas. Após as vitórias decisivas, porém, Carranza não cumpriu os compromissos assumidos com os trabalhadores, fato que gerou uma crescente indignação operária e a greve geral de 1916, reprimida duramente pelo governo de Carranza. Segundo Semo (1978, p. 236- 239), essa aliança fora contestada, desde o princípio, por diversos operários, muitos dos quais se afastaram do

movimento e simpatizaram abertamente com os zapatistas. Assim, não é correto afirmar que o proletariado tenha se aliado, de forma estável e homogênea, à burguesia contra os camponeses armados.

| 132

Por outro lado, também não houve, em nenhum momento, uma tendência sólida de aliança entre operários e camponeses. Conforme Semo (1978, p. 240-242), embora a mobilização dos camponeses tenha sido decisiva para a derrota de Huerta e para a destruição do aparato estatal porfiriano, o desfecho do movimento revolucionário traz também a derrota dos exércitos camponeses. Segundo o autor, a Revolução, nacional e camponesa em seu conteúdo, culminou com a vitória da burguesia. A possibilidade de triunfo das classes populares residia em sua aliança, mas a incapacidade da classe operária em exercer uma direção política e articular um projeto unificado tornou-as incapazes de se impor frente aos setores burgueses e de conferir outra orientação à Revolução.

Considerações finais

A breve exposição das interpretações de Adolfo Gilly, Arnaldo Córdova e Enrique Semo evidencia a complexidade do debate marxista em torno da Revolução Mexicana. Longe de constituir um campo homogêneo, o marxismo latino-americano produziu leituras diversas sobre o significado e o caráter de processos revolucionários no continente. Como observa Michael Löwy (2016, p. 11-15), o grande desafio consiste em aplicar a teoria marxista à realidade latino-americana, articulando as categorias gerais do marxismo às especificidades históricas e sociais da região. De maneiras distintas, os três autores analisados buscaram enfrentar esse desafio, oferecendo interpretações próprias sobre o papel do campesinato e do proletariado como sujeitos revolucionários e a caracterização do Estado pós-revolucionário.

De formas distintas, os três autores enfrentaram o desafio teórico apontado por Löwy de articular as categorias gerais do marxismo à realidade específica da América Latina. Como argumenta Löwy (2016, p. 14-15), é necessário que o marxismo latino-americano considere as especificidades do

continente, como o caráter particular do desenvolvimento do capitalismo em articulação com formas coloniais e, depois, semicoloniais e dependentes. Outro ponto fundamental é a questão indígena, que remete também à particularidade do campesinato latino-americano em relação ao modelo europeu. Por fim, a questão da dominação imperialista na região e a dependência econômica da América Latina em relação à Europa e aos Estados Unidos também transcendem os moldes do desenvolvimento econômico trazidos pelas obras clássicas do marxismo. Nesse sentido, a reflexão sobre quais classes sociais devem liderar uma revolução, no contexto latino-americano, deve ultrapassar o modelo marxista europeu, para o qual a classe operária desempenha função central e indispensável.

Nesse esforço, consideramos que Gilly é o autor que mais avança: ao reconhecer a autonomia do campesinato como sujeito revolucionário e ao destacar a importância do movimento zapatista, ele se distancia de uma aplicação mecânica dos modelos europeus e oferece uma interpretação que considera as particularidades do processo mexicano. Córdova e Semo, por sua vez, tendem a subordinar o campesinato a uma lógica de que apenas o proletariado industrial poderia exercer a direção revolucionária, reproduzindo, paradoxalmente, o eurocentrismo que o marxismo latino-americano buscava superar.

Ressalta-se, contudo, que a questão indígena ocupa um espaço secundário na análise dos três autores, o que demonstra um limite comum em suas interpretações: ao enfatizar, ou minimizar, a agência de um “campesinato”, de forma ampla, essas perspectivas acabam por obscurecer as diferenças étnicas e regionais no interior dessa classe social. Tal lacuna vem sendo objeto de historiografia especializada – como os estudos reunidos por León-Portilla e Mayer (2010) sobre a participação indígena nos processos de Independência e de Revolução, os trabalhos de Nathaniel Morris (2020) sobre as comunidades indígenas do Gran Nayar durante a Revolução, e a própria obra clássica de Womack Jr. (1968) sobre o movimento zapatista evidenciam a relevância da

perspectiva étnico-racial para o tema, questão que ainda havia sido pouco explorada pela tradição marxista aqui analisada.

| 134 As diferenças interpretativas dos três autores evidenciam a pluralidade de vertentes dentro do marxismo latino-americano. Gilly, de filiação trotskista, defende a Revolução Permanente de Trotsky e propõe que a Revolução Mexicana foi inconclusa, abrindo margem de possibilidade para seu retorno e efetivação. Córdova, influenciado pela perspectiva gramsciana, aponta para o papel dos intelectuais de classe média no processo de conformação do contexto revolucionário, perspectiva que amplia a análise do processo para outras classes sociais, para além do proletariado e do campesinato. Semo, em sua perspectiva econômica, é o autor mais vinculado a uma tradição marxista clássica, referenciando-se diretamente à perspectiva leninista em suas análises.

A produção desses autores evidencia um momento de efervescência na produção marxista na América Latina, em um contexto no qual diversas perspectivas pensavam o caráter da revolução no continente e, com a eclosão da Revolução Cubana, questionavam a moderação e os resultados, no dizer de Gilly, inconclusos, da Revolução Mexicana. Inseridos na vertente revisionista, esses autores buscaram romper com a leitura consagrada que apresentava a Revolução como um processo linear e plenamente vitorioso, enfatizando seus limites e contradições, especialmente no que tange à derrota das classes populares e a consolidação de um Estado que atendeu prioritariamente aos interesses burgueses. A diversidade de suas interpretações demonstra, de forma concreta, o desafio de pensar as categorias do marxismo e das teorias revolucionárias no contexto latino-americano e, por outro lado, expõe as distintas possibilidades de pensar o continente a partir da filiação marxista.

Referências

ALVES, A. D.; OLIVEIRA, M. A. C. A história do conceito de bonapartismo: Marx. *Revista Brasileira de Estudos Políticos*, Belo Horizonte, v. 104, p. 129-156, 1 jan. 2012.



ÁVILA ESPINOSA, Felipe Arturo. Algunas aportaciones historiográficas de Adolfo Gilly. *Hist. Mex.*, Cidade do México, v. 73, n. 3, p. 1359-1364, mar. 2024.

| 135

ÁVILA, Felipe; SALMERÓN, Pedro. *Breve historia de la Revolución Mexicana*. Cidade do México: Crítica, 2017.

BARBOSA, Carlos Alberto Sampaio; LOPES, Maria Aparecida de Souza. A historiografia da Revolução Mexicana no limiar do século XXI: tendências gerais e perspectivas. *História*, São Paulo, n. 20, p. 163-198, 2001.

CÓRDOVA, Arnaldo. México. Revolución burguesa y política de masas. In: GILLY, Adolfo et al. *Interpretaciones de la Revolución Mexicana*. 17. ed. Cidade do México: Nueva Imagen, 1994, p. 55-91.

_____. *La formación del poder político en México*. Cidade do México: Era, 2000 [1972], p. 27-34.

_____. *La ideología de la Revolución Mexicana: la formación del nuevo régimen*. Cidade do México: Era, 2011 [1973].

CRUZ, Cristhian Gallegos. Arnaldo Córdova y el estudio sobre la política mexicana. *Vitam: Revista de Investigación en Humanidades*, Cidade do México, n. 3, p. 30- 45, 2017.

_____. Arnaldo Córdova: la teoría política y el análisis de la Revolución Mexicana. *Estancias*, Querétaro, v. 1, n. 1, p. 73-98, 2021.

GILLY, Adolfo. *La Revolución Interrumpida*. 8. ed. Cidade do México: El Caballito, 1977 [1971].

_____. La guerra de clases en la Revolución Mexicana: Revolución permanente y auto-organización de las masas. In: GILLY, Adolfo et al. *Interpretaciones de la Revolución Mexicana*. 17. ed. Cidade do México: Nueva Imagen, 1994 [1979], p. 21-53.



_____. “Lo que existe no puede ser verdad”, [Entrevista a Adolfo Gilly]. *New Left Review*, Londres, n. 64, p. 28-44, set.-out. 2010.

| 136 GUERRA MANZO, Enrique. Pensar la Revolución Mexicana: tres horizontes de interpretación. *Secuencia*, Cidade do México, n. 64, p. 51-78, jan.-abr. 2006.

LEÓN-PORTILLA, Miguel; MAYER, Alicia (coords.). *Los indígenas en la Independencia y en la Revolución Mexicana*. Cidade do México: Universidad Nacional Autónoma de México/Instituto Nacional de Antropología e Historia, 2010.

LÖWY, Michael. A teoria do desenvolvimento desigual e combinado. *Revista Outubro*, São Paulo, n. 1, p. 73-80, 1998.

_____. *O marxismo na América Latina*. 4. ed. São Paulo: Expressão Popular; Perseu Abramo, 2016.

MORRIS, Nathaniel. *Soldiers, Saints, and Shamans: Indigenous Communities and the Revolutionary State in Mexico's Gran Nayar, 1910–1940*. Tucson: University of Arizona Press, 2020.

SEMO, Enrique. *Historia mexicana: economía y lucha de clases*. Cidade do México: Era, 1978.

_____. Reflexiones sobre la Revolución Mexicana. In: GILLY, Adolfo et al. *Interpretaciones de la Revolución Mexicana*. 17. ed. Cidade do México: Nueva Imagen, 1994 [1979], p. 135-150.

TAGLE, Camila. Trotsky y América Latina: una aproximación al concepto de Bonapartismo. *Anuario de la Escuela de Historia Virtual*, Córdoba, n. 8, p. 110-124, 2015.

WOMACK JR, John. *Zapata y la revolución mexicana*. Cidade do México: Fondo de Cultura Económica, 1969.